

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0023946556/2024 - SED.URC.ARC

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 - Da Necessidade

Registre-se que, a Administração Pública adquire bens móveis permanentes, que são utilizados no desenvolvimento de suas atividades, bem como na prestação de serviços públicos à população.

Naturalmente com o decurso do tempo, referidos bens deixam de ser úteis ou utilizável pela Administração Pública, tornando-se inservíveis, seja pela ociosidade, irrecuperabilidade ou porque os custos para manutenção tornam o bem antieconômico.

Poderá haver, ainda, prejuízos de ordem operacional com máquinas e equipamentos parados. De ordem social, decorrente da precariedade dos equipamentos públicos. De ordem financeira, devido ao alto custo de manutenção, armazenagem, vigilância, perda da integridade física e a consequente desvalorização dos bens, e de ordem ambiental, proveniente nos períodos chuvosos o acúmulo de água nos bens que podem ser criadouros para pragas, mosquitos, etc. Ainda bens deteriorados podem representar riscos à saúde e segurança dos funcionários e do público em geral.

Assim, por não mais servirem a finalidade para qual foram adquiridos, não há motivos justificáveis para que tais bens permaneçam integrados ao patrimônio público, razão pela qual justifica-se que deva ocorrer o desfazimento destes bens, que tem por objetivo principal angariar recursos para a aquisição de novos bens permanentes, e a redução de custos administrativos para manutenção dos mesmos no acervo patrimonial.

Diante desta situação, há a necessidade por parte da Administração Pública de lhes proporcionar um fim adequado. Inclusive se, não se conseguir um fim diverso, há a necessidade de se proceder com o descarte de forma correta destes bens, que já não possuem demanda ou destinação dentro desta Administração Pública, entretanto, este "fim", possui custos.

Neste sentido visando a melhor utilização dos espaços públicos, adequando o rol de materiais, equipamentos e veículos em quantidade e em condições de atendimento a demanda desta Secretaria, constata-se que uma solução para dar finalidade a estes itens sem uso a realização de leilão para alienação de bens inservíveis pertencentes a Secretaria de Educação, e que ainda possam dar algum retorno ao cofres do Município.

Um dos principais motivos que justifica a realização de leilão desses bens é a desocupação de espaços físicos. Muitas vezes, os órgãos públicos possuem quantidades consideráveis de equipamentos, mobiliários e materiais que se tornaram obsoletos ou inúteis para as atividades administrativas. Esses bens inservíveis ocupam áreas valiosas que poderiam ser melhor aproveitadas para outras finalidades. O leilão permite liberar esses espaços, otimizando a utilização dos imóveis públicos.

Além disso, a manutenção, guarda e armazenamento desses bens representam custos recorrentes para a Administração Pública. Ao alienar tais bens por meio de leilão, é possível recuperar, ao menos parcialmente, os recursos investidos anteriormente, possibilitando o reinvestimento em outras prioridades e necessidades do serviço público.

Outro aspecto relevante é a transparência e o controle proporcionados pelo processo licitatório do leilão. Essa modalidade de alienação garante ampla divulgação e igualdade de oportunidades aos interessados, fortalecendo os mecanismos de fiscalização e accountability dos atos administrativos.

Ainda, o leilão de bens inservíveis incentiva o reaproveitamento, a reciclagem e o acondicionamento desses materiais por particulares. Muitos desses bens ainda possuem valor residual e podem ser utilizados de forma sustentável, contribuindo para a preservação do meio ambiente.

Por fim, destaque-se que, esta Secretaria não possui processo de Leilão recente, ou seja, há o acúmulo de, pelo menos, 10 anos de bens inservíveis armazenados pela referida Secretaria, que já não mais comporta de espaço físico ou recursos para armazená-los ou fazer sua manutenção.

Considerando que não há contratação vigente ou similar para atender a esta demanda da Secretaria de Educação, a previsão de que o leilão esteja disponível para ser executado a partir de

Resumidamente a necessidade a ser atendida é dar a devida destinação aos bens móveis inservíveis da Secretaria de Educação, e que com isso a Administração Pública possa, mesmo que de forma reduzida recuperar ao menos parcialmente os recursos investidos, bem como ainda haja uma liberação de espaço físico para utilização com outras finalidades por parte da Administração Pública.

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A Lei não impõe a elaboração do PCA, pelo contrário, faculta-o. No mesmo sentido, em que pese sua relevância, há apenas recomendações quanto a sua elaboração pela doutrina. Em mesmo sentido há o Memorando PGM.UAD 0020036205.

Ainda, considerando a Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), elenca que a elaboração do PCA como uma "alternativa" (uma vez a redação conter "poderá"), para o exercício de 2024:

Art. 9º. O Plano de Contratações Anual - PCA poderá ser exigido a partir do exercício de 2024, caso em que os Documentos de Formalização de Demanda deverão ser encaminhados até 01 de abril de 2023. (grifo nosso)

Sendo assim, para 2024, que a presente contratação fora prevista no PCA para o ano de 2024, porém o mesmo não fora publicado, entretanto, mesmo assim, não há contrariedade a Lei ou mesmo empecilhos quanto a continuidade da contratação.

Assim, informamos que muito embora não exista o Plano de Contratações Anual publicado para o ano de 2024, a contratação está prevista no plano de ações desta Secretaria.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

- O prazo para retirada será de até **15 (quinze) dias úteis** após o recebimento da Nota de Venda em Leilão;
- Os itens serão liberados mediante a entrega da Nota de Venda em Leilão, uma vez comprovada a compensação do pagamento integral, realizado pelo ARREMATANTE;
- No caso do(s) veículo(s), o CRV (Certificado de Registro de Veículo) será entregue ao ARREMATANTE já assinado pelo "proprietário" (um representante do Município de Joinville/SC) e com firma reconhecida, porém, a entrega do bem arrematado fica condicionada a entrega de cópia autenticada do CRV (Certificado de Registro de Veículo) devidamente assinado pelo ARREMATANTE e com "firma reconhecida", bem como comprovação do pagamento efetuado de acordo com as condições estabelecidas no subitem 3.2.1 e 6.3.2, certificando-se se os bens estão patrimoniados em favor do Município;
- A retirada do(s) bem(ns) poderá(ão) ser(em) realizado(s) pelo próprio ARREMATANTE ou por procurador devidamente reconhecido em cartório.
- A retirada do(s) bem(ns) será acompanhada por representante do Município (Secretaria de Educação);
- O(s) item(ns) do Leilão estará(ão) aberto(s) para visitação conforme data a ser estabelecida no Edital, tendo como limite **2 (dois) dias úteis** antes da data prevista para o certame do Leilão;
- Os bens serão leiloados no estado em que se encontram, não cabendo a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO qualquer responsabilidade quanto a eventuais consertos, reparos ou similares, bem como quanto referente ao transporte de bens leiloados. Desta forma, não serão aceitos quaisquer reclamações posteriores à arrematação até a data do Leilão, bem como não serão aceitas desistências ou devoluções;
- Todas as despesas com a retirada do local, frete e remoção do(s) bem(s) arrematado(s), de qualquer natureza, bem como quaisquer outras despesas pertinentes correrá(ão) por conta exclusiva do(s) ARREMATANTE(S) vencedor;
- A eventual incidência de impostos (de qualquer natureza), bem como, as despesas e outros encargos decorrentes da retirada, carregamento, transferência e transporte dos bens ou materiais, correrão por conta do ARREMATANTE.
- No ato da arrematação, deverão serem fornecidas pelo ARREMATANTE todas as informações solicitadas pelo Comitente ou pelo Leiloeiro designado para o ato;
- O(s) Lote(s) arrematado(s) deverá(ão) ser(em) retirado(s) em sua totalidade;
- No caso do(s) veículo(s):
 - a) A regularização junto ao DETRAN, bem como quaisquer outras despesas pertinentes, correrão por conta exclusiva do ARREMATANTE;
 - a.1) As eventuais multas que por ventura existirem junto ao DETRAN ou

outros órgãos fiscalizadores **até a data do Leilão**, correrão por conta da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO;

b) A transferência do(s) veículo(s) arrematado(s) deverá(ão) ser(em) efetuada(s) dentro de no máximo 30 (trinta) dias corridos da Comunicação de Venda, conforme legislação do Departamento de Trânsito, sob pena das sanções cabíveis;

- No caso da(s) sucata(s):

a) A pesagem do(s) bem(ns) arrematado(s) correrá(ão) por conta do ARREMATANTE vencedor.

- A gestão será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento conforme previsto na Instrução Normativa nº 04/2022 da Secretaria de Administração e Planejamento, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão;

- Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pela(s) ARREMATANTE(S) de todas as condições estipuladas no Edital e anexos;

- A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, será devidamente nomeada após o recebimento do Termo de Contrato ou instrumento equivalente;

- Define-se como forma de comunicação com a(s) CONTRATADA(S) a formal, nos termos do Decreto nº 51.742/2022, que aprovou a Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284) da Secretaria de Administração e Planejamento;

- A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, quando necessário.

- Dos Critérios de alienação

- Os bens serão disputados em **LOTE(S)**, terão **valores iniciais mínimos** e serão arrematados pelo **MAIOR LANCE OFERTADO**;

- O leilão será realizado na modalidade eletrônica (online);

- Será permitida a participação tanto de pessoas físicas, como de pessoas jurídicas, objetivando aumentar o alcance de interessados

- Do Pagamento

- O prazo para pagamento será de no máximo **2 (dois) dias úteis** a contar da data do arremate;

- O pagamento deverá ser realizado através de **depósito bancário identificado** ou **transferência eletrônica**, e a liberação do bem(ns) arrematado(s) se dará após o valor ser creditado na conta corrente da **PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**, em até **2 (dois) dias úteis** após a data do arremate;

- O(s) ARREMATANTE(S) pagará(ão), no ato do arremate, a título de comissão ao Leiloeiro Oficial o percentual de 5% (cinco por cento), sobre o valor do lance vencedor, a ser pago pelo ARREMATANTE diretamente ao Leiloeiro, em espécie, mediante recibo.

- CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- Atender a toda e qualquer legislação ambiental/sustentabilidade que possa incidir sobre o objeto do presente Leilão; e,

- Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

- ADEQUAÇÃO/DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

A contratação não trará custos para a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pelo que não se faz necessária a previsão orçamentária.

- PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE/DESEMPENHO

- Deverão ser atendidos, no mínimo neste sentido:

a) Os detalhes para a alienação conforme previstos aqui e no futuro Termo de Referência;

b) Cumprimento dos prazos, horários e locais a serem previstos no Termo de Referência.

- DAS SANÇÕES

No caso do presente Leilão, as sanções serão as mesmas dispostas na Lei nº 14.133/2021, bem como as eventualmente contidas no futuro Edital.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

4.1 - Para o presente leilão a estimativa das quantidades foi obtida considerando-se:

- a) Quantitativo de bens inservíveis como veículos, móveis/materiais/equipamentos/equipamentos de informática (exceto veículos) ou que sua manutenção seja de alto valor (não compensando);
- b) Tipos dos bens inservíveis, sendo assim definidos em "unidade" ou "kg", conforme seu estado de conservação e finalidade futura;
- d) Inventário detalhado de todos os bens inservíveis disponíveis, registrando suas características, estado de conservação e demais informações relevantes;
- c) Definição dos itens que irão compor cada lote.

4.2 - A quantidade dos bens a serem leiloados está demonstrada na tabela abaixo:

Lote	SEI	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	SEI Tombamento	Nº Tombamento
01	0022913666	TIPO: ÔNIBUS MARCA/MODELO: MERCEDEZ BENS/OF 1113 ANO FABRICAÇÃO/MODELO: 1986/1986 PLACA: ADB8075 COR: BEGE COMBUSTÍVEL: DIESEL Obs.: No estado em que se encontra	unidade	1	18.0.052054-6	98684
02	0022913701	TIPO: MICRO-ÔNIBUS MARCA/MODELO: IVECO - CITYCLASS 70C17 ANO FABRICAÇÃO/MODELO: 2012 / 2013 PLACA: MKW6376 COR: AMARELA COMBUSTÍVEL: DIESEL Obs.: No estado em que se encontra	unidade	1	18.0.070755-7	10001006
03	0022913718	TIPO: AUTOMÓVEL MARCA/MODELO: RENAULT - SANDERO EXP 16HP ANO FABRICAÇÃO/MODELO: 2012 / 2013 PLACA: MKC4335 COR: BRANCA COMBUSTÍVEL: ALCOOL/GASOLINA Obs.: No estado em que se encontra	unidade	1	18.0.052064-3	107243
04	0022913729	TIPO: AUTOMÓVEL MARCA/MODELO: VOLKSWAGEN - VW/GOL 1.0 GM ANO FABRICAÇÃO/MODELO: 2010 / 2011 PLACA: MHQ8096 COR: BRANCA	unidade	1	18.0.063616-1	107990

		COMBUSTÍVEL: ALCOOL/GASOLINA Obs.: No estado em que se encontra				
05	0022913758	TIPO: VAN MARCA/MODELO: PEUGEOT - BOXER M33OM HDI ANO FABRICAÇÃO/MODELO: 2006 / 2006 PLACA: MDE3624 COR: BRANCA COMBUSTÍVEL: DIESEL Obs.: No estado em que se encontra	unidade	1	18.0.051696-4	107202
06	0022913768	TIPO: AUTOMÓVEL MARCA/MODELO: NISSAN - GRAND LIVINA 18S ANO FABRICAÇÃO/MODELO: 2012 / 2013 PLACA: MJR4716 COR: BRANCA COMBUSTÍVEL: ALCOOL/GASOLINA Obs.: No estado em que se encontra	unidade	1	18.0.070753-0	98671
07	0022913779	TIPO: VAN MARCA/MODELO: RENAULT - MASTER11M3 25DCI ANO FABRICAÇÃO/MODELO: 2012 / 2013 PLACA: MJZ0346 COR: BRANCA COMBUSTÍVEL: DIESEL Obs.: No estado em que se encontra	unidade	1	18.0.067823-9	98743
08	0022913795	TIPO: SUCATA - ELETRÔNICOS Cabos diversos, Notebook, Estabilizador, Impressora, TV, CPU, Monitor e Tablet Obs.: No estado em que se encontra. Exceto veículos	Kg	3.671	24.0.166886-6	0023940736
09	0022913800	TIPO: SUCATA - ELETRÔNICOS Cabos diversos, Notebook, Estabilizador, Impressora, TV, CPU, Monitor e Tablet Obs.: No estado em que se encontra. Exceto veículos	Kg	3.577	24.0.166886-6	0023940747
10	0022913809	TIPO: SUCATA - ELETRÔNICOS Cabos diversos, Notebook, Estabilizador, Impressora, TV, Mesa interativa, CPU, Monitor e Tablet Obs.: No estado em que se encontra. Exceto veículos	Kg	3.503	24.0.166886-6	0023940759
11	0022917210	TIPO: SUCATA - ELETRÔNICOS Notebook, Estabilizador, Impressora, Mesa interativa, Rádio, Teclado, CPU, Monitor e Tablet Obs.: No estado em que se encontra. Exceto veículos	Kg	3.140	24.0.166886-6	0023940799

12	0022917230	TIPO: SUCATA - ELETRÔNICOS Cabos diversos, Notebook, Estabilizador, Impressora, TV, CPU, Monitor e Tablet Obs.: No estado em que se encontra. Exceto veículos	Kg	2.193	24.0.166886-6	0023940802
13	0022917253	TIPO: SUCATA - ELETRÔNICOS Notebook, Estabilizador, TV, Teclado, CPU, Monitor e Tablet Obs.: No estado em que se encontra. Exceto veículos	Kg	3.175	24.0.166886-6	0023940838
14	0022917273	TIPO: SUCATA - ELETRÔNICOS Cabos diversos, Notebook, Estabilizador, Impressora/scanner, TV, Rádio, CPU e Monitor Obs.: No estado em que se encontra. Exceto veículos	Kg	1.973	24.0.166886-6	0023940843
15	0022917346	TIPO: SUCATA - ELETRÔNICOS Aparelho de DVD, TV, Aparelho de som, Teclado, CPU, Monitor e Tablet Obs.: No estado em que se encontra. Exceto veículos	Kg	3.215	24.0.166886-6	0023940845
16	0022917355	TIPO: SUCATA - ELETRÔNICOS Cabos diversos, Notebook, Gabinete de recarga, Placar eletrônico, Estabilizador / Fonte, Caixa de som, Monitor, TV e CPU Obs.: No estado em que se encontra. Exceto veículos	Kg	1.949	24.0.166886-6	0023940850
17	0022917376	TIPO: SUCATA - ELETRÔNICOS Notebook, TV, Teclado, CPU e Monitor Obs.: No estado em que se encontra. Exceto veículos	Kg	2.034	24.0.166886-6	0023940855
18	0022917393	TIPO: SUCATA - DIVERSOS Sucata de metais diversos, ar condicionado, armário de ferro, arquivo de aço, bebedouro, geladeira, freezer, máquina de lavar roupas, ventilador, fogão industrial, carteira, cadeira e eletrodomésticos em geral. Obs.: No estado em que se encontra. Exceto veículos.	Kg	18.334,50	24.0.166886-6	0023940859
19	0022917413	TIPO: SUCATA - METAIS DE MOBILIÁRIO ESCOLAR Sucata de metais de mobiliário escolar. Obs.: No estado em que se encontra. Exceto veículos.	Kg	18.074,50	24.0.166886-6	0023940865
20	0022917430	TIPO: SUCATA - DIVERSOS Sucata de metais diversos, ar condicionado, armário de ferro, arquivo de aço, bebedouro, geladeira, freezer, máquina de lavar roupas, ventilador, fogão industrial, carteira, cadeira e eletrodomésticos em geral. Obs.: No estado em que se encontra. Exceto veículos.	Kg	25.216,90	24.0.166886-6	0023940877
21	0022917457	TIPO: SUCATA - DIVERSOS Sucata de metais diversos, ar condicionado, armário de ferro, arquivo de aço, bebedouro, geladeira, freezer, máquina de lavar roupas, ventilador, fogão industrial, carteira, cadeira e eletrodomésticos em geral. Obs.: No estado em que se encontra. Exceto veículos.	Kg	11.672,20	24.0.166886-6	0023940883

22	0022917473	TIPO: SUCATA - DIVERSOS Sucata de metais diversos, ar condicionado, armário de ferro, arquivo de aço, bebedouro, geladeira, freezer, máquina de lavar roupas, ventilador, fogão industrial, carteira, cadeira e eletrodomésticos em geral. Obs.: No estado em que se encontra. Exceção veículos.	Kg	22.613,30	24.0.166886-6	0023940885
----	------------	---	----	-----------	---------------	------------

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são:

a) Doação

Pode ser realizada para entidades públicas ou privadas, desde que atendam aos requisitos legais e a doação seja justificada.

Essa opção pode contribuir para a responsabilidade social do órgão público.

A doação dos bens inservíveis, principalmente para instituições de caridade, escolas, hospitais, etc. podem ser uma solução.

Entretanto, não trazem consigo qualquer retorno a Administração Pública.

b) Leilão

Que seria a forma mais comum para a Administração Pública se desfazer dos bens inservíveis, onde os bens são vendidos ao melhor lance, garantindo transparência e igualdade de oportunidades.

Assim, nesta solução é possível recuperar, ao menos parcialmente, os recursos investidos anteriormente, possibilitando o reinvestimento em outras prioridades e necessidades do serviço público.

Outro aspecto relevante é a transparência e o controle proporcionados pelo processo licitatório do leilão. Essa modalidade de alienação garante ampla divulgação e igualdade de oportunidades aos interessados, fortalecendo os mecanismos de fiscalização e accountability dos atos administrativos.

Ainda, o leilão de bens inservíveis incentiva o reaproveitamento, a reciclagem e o acondicionamento desses materiais por particulares. Muitos desses bens ainda possuem valor residual e podem ser utilizados de forma sustentável, contribuindo para a preservação do meio ambiente.

c) Descarte/Reciclagem/Reaproveitamento

Uma das soluções seria a Administração Pública realizar a reciclagem no caso dos itens, peças que possam ser reciclados, e os demais que não podem serem reutilizados ou reciclados devem ser descartados de forma ambientalmente correta, seguindo as normas de segurança e legislação ambiental. Entretanto, ambas as hipóteses podem possuir custos para a Administração Pública que podem não compensar tal solução.

Quanto ao reaproveitamento de peças de reposição ou de outros peças e componentes podem não compensar muitas vezes considerando a antiguidade dos itens, não tendo utilidade para os mais novos, sem considerar a necessidade de mão-de-obra para tal finalidade, que a Administração Pública não possui, o que ainda geraria custos com a contratação da mesma. Não se demonstrando assim, uma alternativa muito viável.

d) Transferência para outros órgãos

Bens que podem ser úteis em outros órgãos públicos podem ser transferidos, evitando a necessidade de novas compras.

Entretanto, com exceção de veículos (que ainda possuam a condição de serem consertados), pouco provável que outros entes tenham interesse em transferência caso não sejam úteis a alguma finalidade.

e) Venda direta

Em casos específicos, vender os bens inservíveis diretamente para pessoas físicas ou jurídicas interessadas, sem a necessidade de realização de leilão. Essa opção pode ser utilizada quando o valor dos bens é baixo ou quando há um comprador específico interessado.

f) Troca

Realizar trocas com outros órgãos públicos ou entidades, quando houver interesse mútuo. Essa opção pode ser utilizada quando um órgão precisa de um bem que outro órgão possui e vice-versa.

g) Comodato

Firmar contratos de comodato, permitindo que outras entidades utilizem temporariamente os bens inservíveis, sem transferência de propriedade. Essa opção pode ser interessante quando o órgão público não deseja se desfazer permanentemente dos bens, mas sim disponibilizá-los para uso por terceiros.

h) Recuperação ou reparo

Avaliar a possibilidade de recuperar ou reparar os bens inservíveis, tornando-os utilizáveis novamente. Essa opção pode ser viável quando os custos de recuperação são menores do que a aquisição de um novo bem. O que não é o caso, para os itens objeto do presente processo.

i) Permuta

Realizar permutas com outras entidades, trocando bens inservíveis por bens de interesse do órgão público. Essa opção pode ser utilizada quando ambos os lados têm interesse nos bens oferecidos.

Entretanto, considerando o objeto do processo processo, não se vislumbra como de interesse de terceiros desta forma.

f) Leilão unificado e leilões junto aos consórcios

Quanto as unificação de leilões em nível municipal poderia ser uma solução. Entretanto, não há de momento um processo de compras com este objeto, restando assim prejudicada esta solução.

Considerando as especificidades do objeto, e objeto, não se vislumbra num primeiro momento como de interesse a realização de leilões compartilhados junto aos Consórcio CIM-CATARINA e CIM-AMUNESC. Mesmo porque esta é um prerrogativa, não uma obrigação.

Relevante inclusive se registrar que, a participação à adesão a contratações através dos Consórcios perpassa pela análise de oportunidade e conveniência do gestor público.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, e as características e custos de cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a **alienação de bens inservíveis, de propriedade da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, através de Leilão.**

Desta forma, a melhor solução para atendimento ao interesse público é o desfazimento destes bens, que hoje se acumulam nos depósitos da Administração Pública, muitas vezes, gerando custos de armazenamento e possíveis criadouros de pragas. Locais estes que, poderão ser reestruturados para outras finalidades com a conclusão do Leilão.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

3.1 - Considerando que em se tratando de leilão, haverá a disputa entre os interessados, sendo repassado para a Administração o valor conforme arrematação;

3.2 - Entretanto, os valores estimados para a alienação de bens (Leilão), bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, após avaliação desses bens por parte da(s) Comissão(ões) designadas para tal finalidade e orçamentos (para no caso de sucatas), buscando determinar seu valor de mercado (considerando o estado de conservação, valor de mercado e custos de descarte), a fim de estabelecer um preço mínimo para o leilão;

3.3 - Assim, estima-se a alienação de bens inservíveis no valor de **R\$ 150.000,00**.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a **alienação de bens inservíveis, de propriedade da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, através de Leilão.**

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 - É tecnicamente e economicamente viável dividir o leilão, em lotes, sendo que não haverá a perda de economia de escala pela divisão, e ainda, haverá o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade;

8.1.1 - A escolha do critério (parcelamento) fora desta forma definida devido ao fato de que, o parcelamento (ser a regra), e se demonstra como mais vantajoso para o objeto em tela.

8.2 - O leilão deverá ser dividido lotes, conforme previsto no **item 4**, acima.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Os resultados pretendidos com o presente Leilão não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros.

Entretanto, aqui relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados ao atendimento da necessidade da existente da Administração Pública, no sentido que estão previstos nos demais tópicos deste documento.

No caso, elencamos abaixo de forma expressa os resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:

1. Melhor Aproveitamento de Recursos Humanos:

- Liberação de pessoal para atividades estratégicas: A venda de bens inservíveis libera funcionários de tarefas como manutenção, organização e controle de estoques, permitindo que eles se concentrem em atividades mais estratégicas para a instituição. Há inclusive uma redução da carga de trabalho pois, ao se desfazer de bens inservíveis, a equipe responsável pela gestão desses ativos pode direcionar seu tempo e esforço para atividades mais relevantes e estratégicas;

- Otimização de tempo e produtividade: A gestão eficiente de bens inservíveis reduz o tempo perdido com o gerenciamento de itens obsoletos, liberando tempo para atividades mais produtivas.

2. Melhor Aproveitamento de Recursos Materiais:

- Redução de custos com armazenamento: A venda de bens inservíveis libera espaço físico, reduzindo custos como eventual necessidade de aluguel de espaço físico ou manutenção de depósitos;

- Otimização do espaço físico: Ao se livrar de bens inservíveis, é possível liberar espaço físico em instalações, armazéns ou depósitos, permitindo melhor organização e uso mais eficiente desses locais;

- Reaproveitamento de materiais: O leilão pode incentivar o reaproveitamento de materiais, reduzindo o desperdício e promovendo a sustentabilidade. Inclusive este é um estímulo à economia circular, ao permitir que os bens inservíveis sejam reutilizados ou reciclados através do leilão, a Administração Pública está promovendo a economia circular, que visa maximizar o valor dos recursos ao longo de seu ciclo de vida;

- Prevenção de perdas e deterioração: A venda de bens inservíveis evita perdas por obsolescência, deterioração ou danos, garantindo que os recursos materiais sejam utilizados de forma otimizada.

- Permite dar nova finalidade a bens que foram considerados inservíveis, prolongando seu ciclo de vida útil e evitando que viram resíduos, conforme o caso.

3. Melhor Aproveitamento de Recursos Financeiros:

- Geração de receita: A venda de bens inservíveis gera receita para a Administração Pública, que pode ser reinvestida em novas aquisições, projetos ou serviços à comunidade. Os recursos financeiros gerados pelo leilão podem ser reinvestidos em áreas estratégicas, como modernização de infraestrutura, capacitação de funcionários, implementação de novas tecnologias ou melhoria dos serviços prestados à população.

- Redução de custos com manutenção e descarte: A venda de bens inservíveis reduz custos com manutenção, reparo e descarte, liberando recursos para outras necessidades.

- Redução do passivo ambiental: A venda de bens inservíveis para empresas que os reutilizam ou reciclam contribui para a redução do passivo ambiental da instituição.

Enfim, a realização de leilão para a alienação desses bens se torna uma medida crucial para a otimização de recursos públicos, liberando espaço físico, reduzindo custos de manutenção e eliminando riscos.

Tudo isso agrega, quanto a melhor aproveitamento de recursos humanos, materiais, financeiros e de economicidade ao final.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Importante pontuar que, quanto a equipe técnica de fiscalização, a Secretaria de Educação dispõe de corpo técnico capacitado tanto para fiscalização como para a gestão contratual da futura contratação.

Entretanto há a necessidade previamente da contratação de leiloeiros para se atingir os objetivos propostos com a presente contratação.

Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 - Há a necessidade de contratação interdependente, no caso há a necessidade de contratar anteriormente ao Leilão, os leiloeiros para plena satisfação da necessidade da Administração.

11.1.1 - No caso há o Edital nº 035/2023, para credenciamento de leiloeiros para a prestação dos serviços de avaliação e alienação através de leilão público presencial e/ou eletrônico de bens móveis e de bens imóveis de propriedade da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville, com exceção da Companhia Águas de Joinville – CAJ. (disponível em: https://www.joinville.sc.gov.br/editalpublico/consulta/cod_edital/4030/secretaria/11)

11.2 - Quanto a contratações correlatas, há Leilões a serem realizados ou já realizados por outras Secretarias a exemplo: 24.0.047330-1 e 24.0.000721-1;

11.3 - Não há, leilão unificado em âmbito municipal ou a nível de dos consórcios (CINCATARINA e CIM-AMUNESC) no qual o Município faz parte.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 - Possíveis impactos ambientais

- Durante o processo de leilão, pode haver a produção de resíduos, como documentos, embalagens, materiais descartáveis, restos dos itens leiloados, entre outros;
- Por sua vez a produção e aquisição de novos bens por parte da Administração Pública para substituir os inservíveis podem resultar no consumo de recursos naturais, como matéria-prima, energia e água;
- A depender do tipo de bens inservíveis leiloados, pode haver risco de poluição do solo e da água caso não sejam tomadas medidas adequadas de armazenamento, transporte e eventual descarte futuro;
- Caso os bens inservíveis não sejam adequadamente aproveitados por meio do leilão, pode haver desperdício de recursos, tanto financeiros quanto materiais;
- No caso de não haver um manejo adequado dos inservíveis, podem ocorrer derramamentos de substâncias perigosas, contaminando o solo e a água.

12.2 - Medidas mitigadoras

- Implementar práticas de redução, reutilização e reciclagem de resíduos, promovendo a separação adequada e o encaminhamento para destinação correta. Estabelecer um plano para coletar, separar e dispor adequadamente dos resíduos gerados durante o leilão.
- Promover a economia circular, estimulando a reutilização e a reciclagem dos bens, bem como a compra consciente de produtos mais sustentáveis e duráveis;
- Realizar o manejo adequado dos inservíveis, principalmente os que porventura tenham resíduos perigosos (inclusive identificando-as e isolando-as);
- , bem como promover a conscientização sobre a importância da prevenção da poluição;
- Realizar uma avaliação criteriosa dos bens antes do leilão, buscando identificar possíveis oportunidades de reaproveitamento interno ou externo.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Nº	A - Identificação de riscos (processo de busca, reconhecimento e descrição de riscos, que envolve a identificação de suas fontes, causas, etc.) - considerar todas as fases da contratação (planejamento, seleção do fornecedor e execução)	Nível	B - Análise de riscos (compreensão das causas e consequências imediatas, envolvendo a consideração detalhada de incertezas, fontes de risco, cenários, controles e sua eficácia)	Nível	C - Avaliação de riscos (processo que visa apoiar decisões sobre como responder a riscos e que envolve a comparação de resultados da análise de riscos com a assunção deste pela Administração Municipal, ponderando a probabilidade de ocorrência e o impacto)	D - Tratamento de riscos (qualquer ação adotada para lidar com risco)	Conduta
1			Considerando todos os trâmites oriundos das Leis de regência para a realização do Leilão, podem haver entraves durante a análise e			Haver planejamento antecipado.	

1	Morosidade devido aos trâmites burocráticos para efetivar o Leilão	3	efetivação do Leilão. Consequentemente não atender a necessidade da Administração Pública em tempo ou de forma relevante	3
2	Ausência de estudos preliminares e imprecisão das definições na construção do processo	1	Especificações insuficientes ou incompletas podem prejudicar a realização do Leilão. Com definições imprecisas poderá causar desinteresse. Não se atenderia de forma plena o interesse público	2
3	Servidores em quantidade ou qualificação inadequada - servidores não detêm as competências multidisciplinares necessárias	2	Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos. Assim não alcançar-se-á os objetivos pretendidos com o Leilão	2
4	Ausência de Gerenciamento de Risco (permite ações contínuas de planejamento, organização, fiscalização dos riscos que possam comprometer a efetivação do Leilão)	2	Imprevisibilidade dos resultados esperados. O atendimento aos objetivos pretendidos é relativizado	2
5	Ausência de acompanhamento e fiscalização	1	Distorções na execução do Leilão. Não atendimento de forma plena do interesse público	2
6	Responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato não possuir competência multidisciplinar necessárias para a atividade	2	Não fiscalização adequada do objeto do Leilão. Não atendimento de forma plena do interesse público	3
7	Irregularidades e Falta de Transparência	1	Falta de conhecimento da legislação específica para alienação de bens públicos por parte dos servidores responsáveis pela elaboração do processo. Ausência de procedimentos claros e transparentes para o leilão. Falta de controle e auditoria durante o processo. Influência política ou favorecimento de determinados participantes.	3

Alto	Priorizar agilidade nas análises e tramitações do processo na fase interna	Mitigar
Baixo	Capacitar os servidores envolvidos. Escolher servidores com aptidão com o objeto	Evitar
Médio	Aumentar o número de servidores envolvidos, bem como capacitar os servidores que participarão do planejamento e construção do processo de Leilão	Evitar
Médio	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de Leilão	Evitar
Baixo	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Evitar
Médio	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Evitar
Médio	Realizar treinamento da equipe responsável sobre a legislação e procedimentos específicos para leilão de bens públicos. Monitoramento e controle rigorosos durante todas as etapas do leilão.	Evitar
	Campanha de divulgação ampla	

8	Baixa Participação ou ausência de interessados no Leilão e Valorização dos Bens	2	Falta de ampla divulgação e comunicação eficaz do leilão. Bens inservíveis em estado precário ou sem valor comercial. Falta de interesse do público-alvo. Condições de pagamento desfavoráveis. Baixa arrecadação para a Administração Pública. Dificuldade em vender os bens. Perda de recursos financeiros. Necessidade de realizar novos leilões.	4
9	Impacto Ambiental Negativo	1	Falta de planejamento e gestão de resíduos gerados durante o leilão. Transporte inadequado dos bens inservíveis. Descarte inadequado dos bens não vendidos. Poluição do solo e da água. Emissão de gases de efeito estufa. Degradação ambiental. Multa e penalidades por infrações ambientais.	2
10	Falta de planejamento adequado	1	Falta de definição clara dos objetivos do leilão. Ausência de um cronograma de atividades bem estruturado. Atrasos no processo de leilão. Baixa eficiência e qualidade do leilão.	2
11	Avaliação inadequada dos bens. Baixo valor de arremate dos bens	2	Falta de conhecimento técnico para avaliar corretamente os bens. Utilização de métodos de avaliação inadequados. Subestimação ou superestimação do valor dos bens. O que pode gerar prejuízos financeiros devido a avaliações incorretas. Lances abaixo ou acima do valor real dos bens. Perda de arrecadação para a Administração Pública, questionamentos sobre a efetividade do leilão.	3
12	Problemas logísticos	2	Falhas na programação e organização da retirada dos bens. Logística inadequada para o transporte dos bens inservíveis por parte dos arrematantes. Retiradas parciais dos bens apenas	2

Alto	e direcionada ao público-alvo, utilizando diferentes canais de comunicação. Realização de vistorias e avaliações criteriosas dos bens, com descrição detalhada de suas condições. Estabelecimento de condições de pagamento atrativas. Divulgação de fotos e vídeos dos bens, para melhor visualização e avaliação pelos interessados.	Evitar
Baixo	Elaboração de um plano de gerenciamento de resíduos, com coleta seletiva e destinação adequada para cada tipo de material. Priorizar o reaproveitamento e a reciclagem dos bens. Cumprimento da legislação ambiental vigente.	Mitigar
Baixo	Elaborar um plano de ação detalhado com todos os passos necessários para o leilão. Designar uma equipe responsável pela coordenação e execução do leilão	Evitar
Médio	Utilizar métodos de avaliação reconhecidos e apropriados para cada tipo de bem; Realizar pesquisas de mercado para identificar valores de referência	Evitar
	Buscar estabelecer um plano logístico abrangente para a retirada e entrega dos bens. Garantir um local de armazenamento adequado e seguro para os bens até a entrega. Comunicar	Transferir

							Médio	claramente as datas e os procedimentos de retirada aos compradores.	
13	Condições físicas dos bens	1		Bens em condições precárias. O que pode gerar baixo interesse e desvalorização dos bens. Danos à reputação da Administração Pública devido à venda de bens em más condições.	3		Médio	Fornecer informações claras e precisas sobre as condições dos bens aos potenciais compradores. Definir políticas claras de venda, incluindo.	Aceitar
14	Risco de descarte indevido de resíduos	3		Falta de destinação adequada dos bens que não forem arrematados. Improviso no depósito e transporte de resíduos perigosos. Incapacidade de segregação correta dos resíduos. O que pode gerar a contaminação ambiental, aplicação de multas e penalidades.	2		Médio	Buscar elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos, bem como a capacitação da equipe responsável.	Mitigar/transferir
15	Leiloeiro não comparecer no dia do leilão	1		Não realização do Leilão, que poderá causar prejuízos à Administração Pública quanto ao tempo de efetivação do mesmo, bem como a necessidade de republicação de atos	5		Médio	Administração Pública se certificar antecipadamente tanto da contratação como da presença do leiloeiro no dia/hora do Leilão conforme estipulado.	Evitar
16	Arrematantes não realizarem os depósitos correspondentes aos valores em tempo	1		Necessidade de novo Leilão para os bens que não foram pagos em tempo. Necessidade de novo processo	4		Médio	Estipular prazos e formas de pagamento exequíveis no Edital do Leilão. Monitorar o pagamento do(s) arrematantes ou comunicá-los do vencimento do prazo para pagamento para que o direito não decaia	Mitigar/transferir
17	No caso dos veículos, o arrematante não realizar em tempo a transferência dos veículos	2		O que pode gerar transtornos para a Administração Pública, quanto a efetivação da transferência do veículo junto às entidades oficiais	2		Médio	Monitorar e aplicar as medidas cabíveis caso não seja realizada em tempo a transferência	Mitigar/transferir
						Risco Geral	Médio		
Probabilidade (P)			Impacto (I)			Classificação dos Riscos		Possibilidade de Tratamento dos Riscos	
Índice	Descrição	Nível	Índice	Descrição	Nível	Pontuação (A x B / P x I)	Risco	Conduta	Descrição
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1	Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1	15 a 25	Muito Alto	Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
	Evento casual, inesperado. Evitar								

Pouco provável	Evento raro de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2	Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2	8 a 12	Alto	Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3	Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3	3 a 6	Médio	Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4	Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4	1 e 2	Baixo	Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5	Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5	0	Muito Baixo	Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	X		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	X		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?			Não se aplica, por se tratar de "leilão"
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	X		

5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	X		possui risco "médio", conforme item 13, acima.
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	X		Vide item 13, acima
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	X		Vide item 13, acima

CONCLUSÃO:

a) Com base neste Estudo Técnico Preliminar, a Equipe/Comissão de Planejamento declara viável a **alienação de bens inservíveis, de propriedade da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, através de Leilão** nos moldes descritos no presente Estudo Técnico Preliminar, vez que se mostrou a solução técnica e economicamente mais adequada à necessidade da Administração e fundamentadamente atende ao interesse público;

b) No mais, diante de todas as informações colhidas no presente documento demonstra que há adequação (alinhamento) da solução escolhida frente a necessidade a ser atendida.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Ponzetto, Gerente**, em 19/12/2024, às 12:08, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023946556** e o código CRC **9776C9D0**.

Rua Itajaí, 390 - Bairro Centro - CEP 89201-090 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br